Relatório Anual de Stewardship

Fama Re.Capital

2025



fama re.capital

CBS

CÓDIGO BRASILEIRO DE STEWARDSHIP

Índice

Sobre nós....3
Filosofia de Investimento....3
O que é stewardship? 5
Código Brasileiro de Stewardship....6
Foco do relatório: LatAm Climate Turnaround....7
Princípio 1: Implementar e divulgar programa de Stewardship 9
Princípio 3 - Considerar aspectos ASG nos seus processos de investimento e atividades de Stewardship.... 13
Nosso Processo de Investimento.... 13
O Comitê de Investimentos.... 16
Nossa produção científica 17
Princípio 4 - Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos 19
Nossa metodologia: diálogo construtivo para influenciar.... 21
Nosso engajamento em números.... 22
Caso de Engajamento 2025: SLC Agrícola 22
Princípio 5: Ser ativos e diligentes no exercício dos seus direitos de voto.... 25
Princípio 6: Definir critérios de engajamento coletivo.... 27
Princípio 7: Dar transparência às suas atividades de Stewardship.... 30

Sobre nós

Fundada em 1993, a Fama Re.Capital é uma gestora brasileira independente que busca gerar retornos consistentes de longo prazo a partir da análise de desafios socioambientais materiais, tratados como fatores econômicos relevantes para risco, competitividade e geração de retornos para investidores.

Nossa atuação vai além da alocação de capital. Trabalhamos de forma ativa junto às empresas investidas e demais stakeholders, utilizando o engajamento para apoiar a evolução de estratégias, fortalecer práticas de governança e de transparência e contribuir para a geração de valor de longo prazo.

Para nós, retorno financeiro e impacto positivo são elementos interdependentes. Buscamos contribuir para uma nova geração de investimentos responsáveis, desenvolvendo estratégias pioneiras e proprietárias capazes de capturar oportunidades associadas à transição para modelos econômicos mais resilientes, sustentáveis e inclusivos.

Filosofia de Investimento

Combinamos rigor financeiro, perspectiva sistêmica e engajamento ativo para identificar assimetrias e antecipar como transformações ambientais, sociais e regulatórias serão incorporadas na avaliação de ativos.

Nossa disciplina de investimento expande os fundamentos tradicionais ao incorporar variáveis estruturais que influenciam cada vez mais os resultados econômicos. Essa perspectiva ampliada fortalece nossa capacidade de alocar capital em trajetórias de transição eficientes e resilientes, onde a capacidade de lidar com tais complexidades

contemporâneas criam oportunidades de reprecificação, vantagem competitiva e valor de longo prazo.

Desenvolvemos teses de investimento partindo da compreensão de como mudanças climáticas, capital natural, desigualdades sociais, e qualidade institucional afetam a competitividade das empresas, a dinâmica dos mercados e a geração de retornos para os investidores.

Nossa atuação parte da premissa de que esses fatores não são externos à economia. Eles influenciam receitas, custos, acesso a capital, regulação, produtividade, resiliência e crescimento. Compreendê-los de forma profunda e integrada é parte essencial do nosso processo de investimento e da construção do nosso portifólio de fundos.



O que é stewardship?

Entendemos *stewardship* como o exercício proativo e construtivo de influência por parte dos investidores, com o objetivo de maximizar a criação de valor sustentável para todos os stakeholders. Essa compreensão está alinhada à definição do Principles for Responsible Investment (PRI), para o qual stewardship é o uso dos direitos e da influência dos investidores para proteger e ampliar o valor de longo prazo para clientes e beneficiários, incluindo os ativos econômicos, sociais e ambientais comuns dos quais esses interesses dependem. Nossa abordagem também se orienta pelo marco Active Ownership 2.0 do PRI, que preconiza um stewardship voltado a resultados concretos de sustentabilidade, à priorização de riscos sistêmicos e ao uso da colaboração entre investidores como ferramenta para superar problemas de ação coletiva.

Na prática, o stewardship se materializa por meio de diversas ferramentas, individuais e colaborativas, com destaque para o engajamento estratégico e exercício do direito de voto. As estratégias consideradas incluem interações com representantes das empresas do portfólio, participação ativa em assembleias de acionistas, atuação em conselhos, monitoramento de ações de stewardship das investidas em suas cadeias de suprimento, diálogo com formuladores de políticas públicas e definidores de padrões, além da contribuição para a ciência e pesquisa, e o posicionamento em espaços públicos.

Em particular o engajamento se refere às interações com investidas – atuais ou potenciais – com o objetivo de aprofundar ou validar informações, esclarecer controvérsias ou sugerir melhorias em práticas e processos socioambientais e de governança estratégicos. A depender da complexidade do tema, essas interações podem variar em duração, intensidade e abordagem.

O exercício do direito de voto em assembleias é instrumento formal de expressar apoio (ou oposição) a temas relevantes. Isso inclui tanto a deliberação sobre propostas da

gestão quanto a apresentação de resoluções de acionistas (quando permitido pela jurisdição), realizadas presencialmente ou por meio de voto por procuração.

Código Brasileiro de Stewardship

Os códigos de *stewardship* surgiram internacionalmente como resposta à crise financeira de 2008, marcando um ponto de inflexão na compreensão sobre o papel dos investidores institucionais na promoção da estabilidade e integridade dos mercados.

O primeiro código nacional de *stewardship* foi lançado em 2010 pelo *Financial Reporting Council (FRC)*, no Reino Unido. Ele incorporou o código do *Institutional Shareholders' Committee*, de 2009, editado por recomendação da Walker Review na esteira da crise financeira, e deu continuidade à tradição de governança corporativa iniciada com o Relatório *Cadbury*, de 1992. Desde então, o modelo britânico inspirou a criação de diretrizes em diversas jurisdições, inclusive no Brasil, onde a AMEC (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) lançou, em 2016, o Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais, revisado em 2021 em parceria com *a CFA Society Brazil* e rebatizado como Código Brasileiro de *Stewardship*.

O código britânico segue pautando a evolução internacional do tema: em junho de 2025, o FRC publicou o *UK Stewardship Code* 2026, em vigor desde 1º de janeiro de 2026, que redefine *stewardship* como a alocação, a gestão e a supervisão responsáveis do capital para criar valor sustentável de longo prazo para clientes e beneficiários. A nova redação retirou da definição a referência expressa a benefícios para a economia, o meio ambiente e a sociedade, presente na versão de 2020 (que serviu de base à definição do código brasileiro de 2021), mas as orientações que a acompanham mantêm a expectativa de que fatores ambientais e sociais sejam considerados sempre que relevantes para os interesses de longo prazo dos beneficiários. No mesmo sentido, a quarta edição dos *Global Stewardship Principles* do ICGN, publicada em 2024, reforçou



as diretrizes sobre relato de resultados de engajamento e sobre técnicas de escalonamento.

A Fama Re.Capital conta com uma política própria de *stewardship* desde 2020 e, em 2022, formalizou seu apoio institucional ao Código Brasileiro de *Stewardship*, da AMEC e da *CFA Society Brazil*. Reconhecemos sua relevância como instrumento para o fortalecimento dos Investimentos Responsáveis no Brasil e como referência importante na qualificação da atuação dos investidores em relação às empresas e à sociedade.

Estes são os Princípios do Código Brasileiro de *Stewardship,* que pautam as práticas da gestora e que são abordados no presente Relatório:

- Implementar e divulgar programa de *stewardship*;
- Implementar e divulgar mecanismos de administração de conflitos de interesses;
- Considerar aspectos ASG nos processos de investimento e nas atividades de *stewardship*;
- Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos;
- Ser ativo e diligente no exercício dos direitos de voto;
- Definir critérios de engajamento coletivo;
- Dar transparência às atividades de *stewardship*.

Foco do relatório: LatAm Climate Turnaround

Este relatório de stewardship tem como foco principal o FAMA LatAm Climate Turnaround FIF em Ações IS (“CTF”) - fundo da Fama Re.Capital lançado em 2023 com o objetivo de acelerar a transição climática de grandes emissores de gases de efeito estufa (GEE) da América Latina por meio de investimento e engajamento estruturado.

Partimos da premissa de que é impossível enfrentar a crise climática ignorando os setores e empresas que mais emitem GEE. Em vez de evitá-los, escolhemos nos aproximar estrategicamente, aplicando uma abordagem fundamentada na ciência, na criação de valor econômico e na construção colaborativa de soluções.

A estratégia do CTF se ancora nos seguintes elementos:

- **Foco em emissores de GEE relevantes da América Latina**: selecionamos empresas com potencial real de transformação em setores de alta intensidade de carbono.
- **Engajamento construtivo**: trabalhamos com as investidas para apoiar sua jornada de descarbonização, mantendo, ao mesmo tempo, um caminho de escalonamento para os casos em que o diálogo construtivo não resulte em progresso adequado.
- **Acompanhamento contínuo**: monitoramos a implementação dos planos e a performance das investidas, em diálogo frequente com as empresas e seus órgãos de governança.
- **Governança estruturada**: mantemos acompanhamento interno com documentação clara e processo decisório estruturado, envolvendo comitês especializados.

Ao longo deste relatório, apresentamos como esse modelo de *stewardship* climático vem sendo implementado no contexto do CTF, reforçando nosso compromisso com impacto mensurável, integridade técnica e transformação estrutural a partir de dentro.

Princípio 1: Implementar e divulgar programa de Stewardship

Nosso programa de *stewardship* foi formalizado em 2022 e vem sendo continuamente aprimorado desde então. No contexto do CTF, ele está completamente integrado à tese de investimento, sendo parte estruturante da estratégia de geração de valor do fundo.

O engajamento com as empresas investidas no CTF não é uma atividade paralela ao processo de investimento: é ferramenta central para orientar e acompanhar a transição climática das companhias.

A implementação do programa no CTF é liderada por Caroline Prolo, Head de *Stewardship* Climático da Fama Re.Capital. Advogada com mais de duas décadas de atuação, Caroline tem ampla experiência em orientar empresas brasileiras e multinacionais no cumprimento da legislação ambiental, na adoção de boas práticas de sustentabilidade e na gestão de riscos e oportunidades associados à mudança do clima. Sua liderança garante profundidade técnica, coerência política e abordagem construtiva em nossos engajamentos com empresas com grande potencial de criação de valor econômico por meio da descarbonização.

O programa é sustentado por um conjunto de políticas formais, incluindo:

- Política de Investimento Responsável e *Stewardship*;
- Política de Voto, que estabelece diretrizes para o exercício consistente e transparente do direito de voto.

A governança do programa inclui instâncias de deliberação coletiva, documentação sistemática e articulação direta com os comitês de investimento, permitindo decisões técnicas fundamentadas e rastreabilidade dos processos.

A Política de Investimento Responsável e *Stewardship* e a Política de Voto estão disponíveis publicamente em nosso site, onde também publicamos anualmente este relatório.

Adicionalmente, disponibilizamos em nosso site um Canal de Ética & Ouvidoria para o recebimento de relatos relacionados a condutas inadequadas, violações legais, questões socioambientais ou situações incompatíveis com nossos princípios e políticas internas. O canal permite manifestações identificadas ou anônimas, tratadas com confidencialidade e independência, fortalecendo nossa estrutura de governança e *accountability*.



Princípio 2: Implementar e divulgar mecanismos de administração de conflitos de interesses

Reconhecemos que conflitos de interesse podem surgir em diversas situações, envolvendo colaboradores da Fama Re.Capital, clientes, empresas vestidas e demais partes relacionadas. Quando não são devidamente identificados e tratados, esses conflitos podem comprometer a integridade do processo decisório, gerar riscos reputacionais e comprometer a confiança de stakeholders estratégicos. Por isso, adotamos uma abordagem proativa e transparente na identificação, mitigação e, sempre que necessário, eliminação de conflitos de interesse, com base em um conjunto robusto de políticas e orientações formais. Entre os documentos que sustentam essa prática, destacam-se:

- Política de Voto
- Política de Investimento Pessoal
- Política de Alocação e Divisão de Ordens
- Política de Compliance e Controles Internos
- Política de Atuação na Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento
- Manual de Compliance, Ética e Conduta Corporativa

Essas políticas abordam, por exemplo, situações em que membros imediatos da família de colaboradores atuam em empresas investidas, gestoras de recursos concorrentes ou em veículos de investimento relacionados; ou ainda quando o colaborador ou familiar tem algum tipo de relação fiduciária com clientes da casa.

Adicionalmente, todas as decisões de investimento da Fama Re.Capital são tomadas de forma colegiada no âmbito do Comitê de Investimento. Essa estrutura de governança contribui para a mitigação de potenciais conflitos de interesse, ao assegurar que as decisões sejam submetidas à análise e deliberação conjunta de diferentes profissionais, reduzindo a influência de interesses individuais e fortalecendo a independência e a consistência do processo decisório.

Além dos dispositivos formais, cultivamos uma cultura organizacional baseada na ética, responsabilidade individual e uso criterioso do bom senso. Reconhecemos que nem todos os conflitos podem ser antecipados por documentos, e por isso reforçamos continuamente com a equipe a importância de identificar e comunicar situações reais ou potenciais. Todos os colaboradores são orientados a reportar imediatamente quaisquer conflitos que percebam ou suspeitem, especialmente aqueles que envolvam a gestora e seus clientes ou investidas. Os canais de reporte incluem diretamente o CEO e o Diretor de Risco e Compliance.

Como exemplo prático, em deliberações relacionadas a assembleias de empresas investidas, é esperado que membros do Comitê de Investimento comuniquem previamente qualquer vínculo pessoal ou profissional relevante com a empresa ou seus representantes. Nessas situações, o comitê avalia a pertinência de abstenção de voto, justificativas formais ou outras salvaguardas que garantam a integridade da decisão. Embora não tenhamos enfrentado situações concretas de conflito até o momento, entendemos que isso também reflete as características do período reportado, no qual não ocorreram eventos específicos que demandassem deliberações potencialmente suscetíveis a conflitos de interesse. Ainda assim, as medidas preventivas descritas acima permanecem parte integrante da nossa estrutura de governança, reforçando o compromisso com a transparência, a integridade do processo decisório e o alinhamento de interesses.

A Política de Voto complementa essas práticas ao prever mecanismos específicos para prevenir a influência indevida em assembleias, assegurando que eventuais conflitos sejam tratados com transparência e alinhamento aos interesses fiduciários da gestora.

Seguimos comprometidos com o fortalecimento contínuo da nossa governança interna e da cultura ética da organização, assegurando que o processo de tomada de decisão em investimentos, engajamento e voto reflita os melhores interesses dos nossos clientes e da sociedade.

Princípio 3: Considerar aspectos ASG nos seus processos de investimento e atividades de Stewardship

Nosso Processo de Investimento

O CTF busca identificar oportunidades de criação de valor econômico associadas à transição climática em empresas incumbentes da América Latina. Acreditamos que fatores relacionados à transição – como descarbonização, adaptação climática, resiliência operacional, rastreabilidade, uso eficiente de recursos naturais e capital natural – podem representar importantes alavancas de geração de valor de longo prazo quando integrados a empresas de alta qualidade.

O processo de seleção combina uma análise financeira tradicional com uma avaliação da materialidade da transição climática para cada companhia. Antes de qualquer decisão de investimento, o time desenvolve uma análise estruturada contemplando a tese de investimento, fundamentos financeiros, riscos, oportunidades associadas à transição climática e o potencial de atuação da gestora por meio do *stewardship*.

No âmbito do CTF, as empresas investidas são selecionadas pelo time de Investimentos com base nos seguintes critérios:

- **Empresas de alta qualidade**: Companhias com vantagens competitivas duráveis, elevada capacidade de geração de caixa, disciplina na alocação de capital, gestão qualificada e potencial consistente de criação de valor para seus acionistas ao longo do tempo.
- **Materialidade da transição climática**: Empresas em que fatores relacionados à transição climática sejam financeiramente relevantes para sua competitividade, perfil de risco ou perspectivas de crescimento. Essa materialidade pode estar associada, entre outros aspectos, à descarbonização, adaptação climática,



resiliência operacional, rastreabilidade, eficiência no uso de recursos naturais, circularidade ou capital natural. Essas são companhias com oportunidades concretas de capturar benefícios econômicos decorrentes da transição climática, seja por meio de ganhos de eficiência, fortalecimento da posição competitiva, acesso a novos mercados, maior resiliência operacional ou melhoria na percepção do mercado.

- **Potencial para stewardship**: Empresas nas quais o Fundo possa exercer um papel ativo na aceleração dessas oportunidades de criação de valor, por meio de um relacionamento construtivo com a administração, baseado em diálogo técnico, conhecimento científico e colaboração de longo prazo.

A partir desse *screening* inicial, o time de investimentos desenvolve uma análise aprofundada da companhia, integrando a tese financeira, os riscos, os fatores materiais da transição climática e um plano preliminar de engajamento. Esse plano identifica as principais iniciativas capazes de fortalecer simultaneamente a competitividade da empresa e sua preparação para a economia de baixo carbono. Simultaneamente, o Fundo busca estabelecer um diálogo com a companhia para compreender sua visão estratégica e avaliar o potencial de construção de uma agenda conjunta de criação de valor.

Concluída essa etapa, a oportunidade é submetida ao Comitê de Investimentos, que delibera sobre a tese seguindo o processo de governança da gestora.

Uma vez realizado o investimento, inicia-se um processo contínuo de engajamento e monitoramento. O plano de engajamento é um documento dinâmico, continuamente aprimorado à medida que novas oportunidades são identificadas e as prioridades da companhia evoluem. Dependendo das características de cada investimento, as iniciativas podem envolver temas como descarbonização, adaptação climática, resiliência operacional, rastreabilidade, eficiência produtiva, gestão de recursos naturais, inovação tecnológica, governança ou outros fatores materiais para a tese de investimento.



Ao longo de todo o ciclo de investimento, o Fundo acompanha a evolução simultânea da tese financeira e de impacto, avaliando continuamente se a empresa continua capturando as oportunidades decorrentes da transição climática.

O engajamento por meio de diálogo construtivo é a principal ferramenta de stewardship utilizada pelo Fundo. Se, em algum momento, o time de Investimento perceber que a empresa não está progredindo em direção a algum ou alguns dos objetivos acordados, os esforços de engajamento poderão ser intensificados de forma graduada: aprofundamento do diálogo em níveis mais seniores da companhia, engajamento coletivo e exercício dos direitos de voto. Se as dificuldades persistirem e caso os fundamentos da tese de investimento deixem de existir ou o potencial de criação de valor seja significativamente comprometido, o Comitê de Investimentos poderá reavaliar a posição, incluindo eventual desinvestimento.

> Embora não seja central especificamente nas abordagens de stewardship do CTF, a Fama Re.Capital entende a promoção da igualdade de gênero como um componente essencial para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, busca alinhar nossa atuação às melhores práticas internacionais, incluindo os critérios do 2X Challenge, iniciativa global que mobiliza capital para ampliar a participação e o empoderamento econômico de mulheres.
>
> Como primeiro passo para esse alinhamento, é realizada a coleta e o monitoramento de dados relacionados à diversidade de gênero, tanto na própria gestora quanto nas empresas investidas. Acreditamos que a disponibilidade de informações consistentes é essencial para compreender desafios, identificar oportunidades e acompanhar a evolução dos resultados ao longo do tempo.
>
> Na Fama Re.Capital, as mulheres representam 59% do quadro de colaboradores e ocupam 43% das posições de liderança. Além de monitorar nossos próprios indicadores, acompanhamos métricas



equivalentes nas empresas investidas por meio da análise de relatórios corporativos, documentos públicos e questionários de diligência. Entre os indicadores monitorados estão a participação de mulheres no quadro de colaboradores e em cargos de liderança, permitindo uma visão mais abrangente sobre a representatividade feminina e sua evolução ao longo do tempo.

Para as empresas de capital aberto e que publicam relatórios com informação de gênero, temos, na média, 29% de mulheres em posição de liderança.

Essa abordagem fortalece nossa capacidade de incorporar considerações de gênero aos processos de investimento, engajamento e monitoramento, contribuindo para uma melhor compreensão das práticas adotadas pelas empresas e de seus potenciais impactos sobre a promoção da igualdade de oportunidades.

Fama Re.Capital	43% de mulheres em posição de liderança 59% do quadro de colaboradores são mulheres
Empresas do portfólio (na média)	29% de mulheres em posição de liderança 22% do quadro de colaboradores são mulheres

O Comitê de Investimentos

Na Fama Re.Capital, as decisões de investimento são resultado de um processo estruturado, multidisciplinar e participativo. O Comitê de Investimentos é o principal órgão de governança responsável por assegurar que cada decisão de alocação de capital seja tomada com rigor analítico, disciplina processual e alinhamento à estratégia

do fundo, integrando retorno financeiro, gestão de riscos e criação de valor socioambiental.

Antes de uma oportunidade ser submetida ao Comitê, ela passa por um processo estruturado de triagem, elaboração de um *Investment Memo* e validação interna. A análise contempla a tese de investimento, os fundamentos financeiros, os riscos, a materialidade socioambiental e a estratégia de criação de valor por meio do stewardship. Apenas oportunidades que atendem aos critérios estabelecidos seguem para deliberação do Comitê.

O Comitê é composto pelos membros mais seniores da gestora, incluindo o CIO, sócios seniores, Diretor de Risco & Compliance e representante de impacto, podendo contar com especialistas externos convidados conforme as características de cada investimento. As decisões são tomadas de forma coletiva, por consentimento sociocrático, estimulando o contraditório e a documentação do racional de investimento, garantindo transparência, independência intelectual e consistência ao processo decisório.

Após a aprovação do investimento, inicia-se um processo contínuo de stewardship e monitoramento. O stewardship, em particular o engajamento bilateral, busca apoiar a companhia na implementação de iniciativas capazes de fortalecer simultaneamente a criação de valor financeiro e a evolução do seu plano de transição climática. Paralelamente, o Comitê acompanha periodicamente a evolução da tese de investimento, o desempenho financeiro, os indicadores de impacto e eventuais mudanças de cenário que possam justificar uma revisão da tese ou da estratégia de engajamento.

Nossa produção científica

Contribuindo para a produção científica de dados sobre emissões de GEE corporativas no Brasil, o time do CTF co-autorou o estudo "Corporate Emissions and Climate Targets: Insights from High-Emitting Firms in Brazil's Transition to Sustainability", publicado na revista PLOS Sustainability and Transformation, e analisou dados financeiros e emissões

das empresas Brasileiras listadas na B3, no período de 2019 a 2023. O estudo demonstrou que, entre 2019 e 2023, a lucratividade foi o fator mais consistente para explicar emissões operacionais. As reduções ficaram restritas ao consumo de energia, beneficiado pela matriz elétrica brasileira, enquanto as emissões indiretas da cadeia de valor aumentaram de forma contínua. O estudo destaca ainda que choques macroeconômicos recentes tiveram impactos desiguais: as emissões despencaram em varejo (-35%) e transporte (-29%) durante a pandemia, mas cresceram 28% em alimentos e agricultura, justamente os setores mais expostos a pressões globais sobre desmatamento e cadeias de suprimento.

Princípio 4: Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos

O engajamento é realmente o foco da atuação do CTF. Diferentemente da prática de mercado com engajamento em empresas listadas, nossa abordagem de engajamento inicia-se desde a fase pré-investimento, em que buscamos estabelecer uma parceria com a companhia.

A estratégia é adotar um tom colaborativo desde o início do engajamento, em um processo de escuta ativa para compreender a realidade da companhia no tratamento dos aspectos de descarbonização e valorizar as boas iniciativas em curso e o corpo técnico da própria companhia. Esse diálogo é construtivo, mas também exigente: estabelecemos objetivos claros, acompanhamos resultados concretos e, quando o progresso não é adequado, recorremos ao caminho de escalonamento descrito no Princípio 3.

Dessa forma, o engajamento é bilateral e ganha profundidade ao longo do tempo: partimos dos temas mais relevantes e maduros dentro da companhia e avançamos progressivamente para agendas mais complexas e estratégicas. A conformidade legal, por sua vez, não é uma etapa posterior do relacionamento, mas um requisito básico, avaliado desde a diligência pré-investimento e acompanhado de forma contínua. Buscamos construir com a companhia uma relação de confiança que nos permita aprofundar gradualmente a discussão interna.

Na proposta de melhorias e de um plano de ações de descarbonização, consideramos sempre uma análise de custo-benefício, para justificar a necessidade e urgência por trás de cada ação.

Também acreditamos que agregamos grande valor ao trabalhar a prevenção de riscos climáticos dentro da companhia, quantificando e mensurando esses riscos, e trazendo-os à atenção dos gestores. Entendemos que grande parte das companhias-alvo possui algum plano para reduzir o impacto climático de suas operações, mas que pode ser

insuficiente para o atingimento do propósito esperado dentro do prazo necessário, e/ou para capturar o valor econômico associado a medidas de descarbonização.

Cabe reforçar que nosso papel não é de apenas problematizar, mas também de sugerir perspectivas que possam criar valor para a empresa no longo prazo. Essa abordagem auxilia no processo de convencimento, principalmente do time financeiro da companhia, que não é persuadido somente por argumentos relacionados à emergência climática, mas sim por soluções que contemplem um benefício financeiro para a companhia. Se adotadas, essas soluções proporcionarão uma taxa interna de retorno (TIR) superior ao custo de capital das companhias. Dessa forma, nossa abordagem é de que a empresa adotará as medidas propostas por serem antes de tudo “um bom negócio”, além dos cobenefícios climáticos de mitigação e adaptação. E esse processo de convencimento é contínuo. Um dos nossos valores agregados é estar presente dentro da empresa auxiliando no monitoramento da implementação desse plano de transição climática e geração de valor.

Quanto à forma do engajamento, a ocupação de assentos no Conselho não constitui a ferramenta prioritária do CTF. Para a estratégia do fundo, o diálogo direto e contínuo com a companhia se mostra mais adequado, por permitir uma interação mais dinâmica e frequente, essencial para promover os resultados buscados pelo Fundo. Essa opção é consistente com a prática de referências internacionais de engajamento climático, que priorizam o diálogo direto com conselho e alta direção sem ocupar assentos. Dessa forma, entendemos que a melhor abordagem começa com o buy-in do controlador da companhia, membros do Conselho e da alta gestão, e interfaces com o CFO, que depois possam ser desdobradas em acompanhamento contínuo com diretorias e gerências específicas, que incluem áreas como financeira, RI, sustentabilidade, comunicação, jurídico e áreas técnicas operacionais, podendo haver participação e interação com comitês de sustentabilidade, conforme necessário.

Consideramos que o engajamento bem-sucedido acontecerá com a conscientização da companhia sobre a magnitude do risco que incorre e das oportunidades relacionadas, para, em conjunto, traçarmos um caminho para a sua descarbonização. Nosso horizonte de investimento não exige permanência até a implementação completa



das soluções: buscamos encerrar a posição quando a trajetória de descarbonização estiver consolidada e incorporada à governança e à gestão da companhia.

No início de 2026, como parte do aprimoramento contínuo do programa, realizamos um exercício de benchmarking com referências internacionais de stewardship climático, incluindo gestoras de ativos e provedores especializados de serviços de engajamento. A partir desse exercício, estruturamos um framework de indicadores de engajamento organizado em três categorias (processo, progresso e impacto), que passará a orientar o monitoramento das investidas e o relato das atividades de engajamento a partir do próximo ciclo.

Nossa metodologia: diálogo construtivo para influenciar

Um traço comum entre os padrões internacionais de stewardship e a prática dos principais investidores responsáveis é o enquadramento do engajamento com investidas como um processo construtivo e bilateral, orientado a trabalhar com a companhia para promover mudanças, e não como uma abordagem adversarial ou de confronto. O termo consagrado na indústria é “diálogo construtivo”.

Os padrões formais de stewardship reforçam esse enquadramento. O UK Stewardship Code define o engajamento como “diálogo com propósito”; os Global Stewardship Principles do ICGN (2024) orientam que os investidores se engajem de maneira construtiva, com cooperação de boa-fé por parte das companhias; e a OCDE caracteriza o engajamento efetivo como aquele de postura construtiva, e não confrontacional, construída sobre interesses alinhados e benefício mútuo.

Para o CTF, esse enquadramento é ainda mais relevante: nossa abordagem de stewardship com grandes emissores latino-americanos concentra-se no engajamento, integralmente concebido como diálogo construtivo. Trabalhamos com as investidas para apoiar sua jornada de descarbonização, mantendo uma trilha de escalonamento clara e transparente para os casos em que o diálogo não produza progresso adequado.



Acreditamos que engajamento é uma arte: a arte de escutar, dialogar e influenciar por meio da diplomacia, da boa ciência e das finanças.

Nosso engajamento em números

- Em abril de 2025, realizamos investimento na SABESP, e passamos a contar com quatro investidas em nosso portfólio, tendo sido realizadas ações de engajamento bilateral com todas elas.
- No período, foram realizadas 25 reuniões bilaterais com as companhias, envolvendo seus times de Sustentabilidade ou Relação com Investidores.
- Também participamos de 6 eventos online e presenciais juntamente com os times de sustentabilidade de nossas investidas.
- Nosso engajamento com as investidas focou em 16 temas, incluindo, entre outros, agricultura regenerativa; desmatamento zero; estratégias de ativos de carbono; capital natural; emissões de metano; compromissos climáticos; governança e transparência; justiça climática; e posicionamento de mercado.
- Realizamos a publicação de um estudo em parceria com uma de nossas investidas, seguida de um evento online de divulgação, com cerca de 300 participantes.

Caso de Engajamento 2025: SLC Agrícola

Contexto

Primeiro investimento do CTF, o engajamento com a SLC Agrícola é o mais maduro. A companhia é investida desde março de 2024, sendo que o engajamento foi iniciado em outubro de 2023.

Nosso plano de engajamento com a companhia aborda cinco pilares: agricultura regenerativa; política de desmatamento zero; estratégia de ativos de carbono; compromissos climáticos & transparência; e posicionamento de mercado.

Progresso

Ao longo do período coberto por este relatório, o relacionamento do Fundo com a companhia foi se aprimorando substancialmente, fortalecendo-se a relação de confiança e o alinhamento de objetivos. A companhia mostrou-se muito receptiva aos feedbacks e recomendações do Fundo, inclusive incorporando sugestões de aprimoramento dos instrumentos de relato.

Conseguimos também promover conexões oportunas entre a companhia e stakeholders relevantes, com o intuito de aprimorar suas estratégias e compromissos climáticos.

Nesse contexto, passou-se a incrementar a frequência de reuniões bilaterais de engajamento, com encontros quinzenais para operacionalizar e monitorar os objetivos e atividades programadas.

Dentre as atividades, destacamos a publicação do estudo "Agricultura Regenerativa, Resiliência Climática e Produtividade: Lições do Caso SLC Agrícola", em parceria com a SLC Agrícola. A partir da revisão de estudos científicos e de dados públicos de resultados financeiros e operacionais da SLC Agrícola, o documento buscou demonstrar que práticas regenerativas aplicadas de forma consistente e em escala fortalecem a saúde do solo e reduzem a variabilidade da produtividade, sendo uma estratégia eficaz para reduzir riscos climáticos. Além disso, o estudo teve por objetivo trazer evidências e oferecer parâmetros concretos para que investidores e formuladores de política passem a incorporar a adaptação climática em decisões, e a reconheçam como um ativo no agronegócio, capaz de atrair investimentos e incentivos financeiros.

Por fim, por meio desse estudo, pudemos fortalecer o relacionamento de diálogo construtivo com a companhia e aprofundar nosso engajamento. O processo de

elaboração conjunta intensificou o diálogo técnico e consolidou a percepção do Fundo como parceiro capaz de agregar valor concreto à agenda climática da companhia.

Princípio 5: Ser ativos e diligentes no exercício dos seus direitos de voto

Além do engajamento, consideramos que votar nas assembleias de acionistas nos permite expressar formalmente a aprovação ou desaprovação em questões relevantes para o fundo. Entretanto, entendemos que esse é um espaço menos efetivo para influenciar as companhias em matéria de descarbonização. Acreditamos que um envolvimento sólido com a administração da empresa e a influência mais direta e próxima na estrutura de governança da empresa de forma colaborativa sejam mais produtivas para evitar que esses temas evoluam de forma indesejada. Ademais, sabemos que avançar questões socioambientais e de governança por meio do voto apresenta desafios, particularmente devido à prevalência de acionistas controladores na maioria das empresas brasileiras, o que limita o "ativismo" dos acionistas.

No entanto, continuamos comprometidos em exercer nossos direitos de voto de forma ativa e diligente. As matérias dos votos (incluindo os detalhes das empresas que convocaram assembleia, o tipo de assembleia e a data), junto com a decisão de voto, são registradas em ferramentas internas e comunicados de forma transparente ao público.

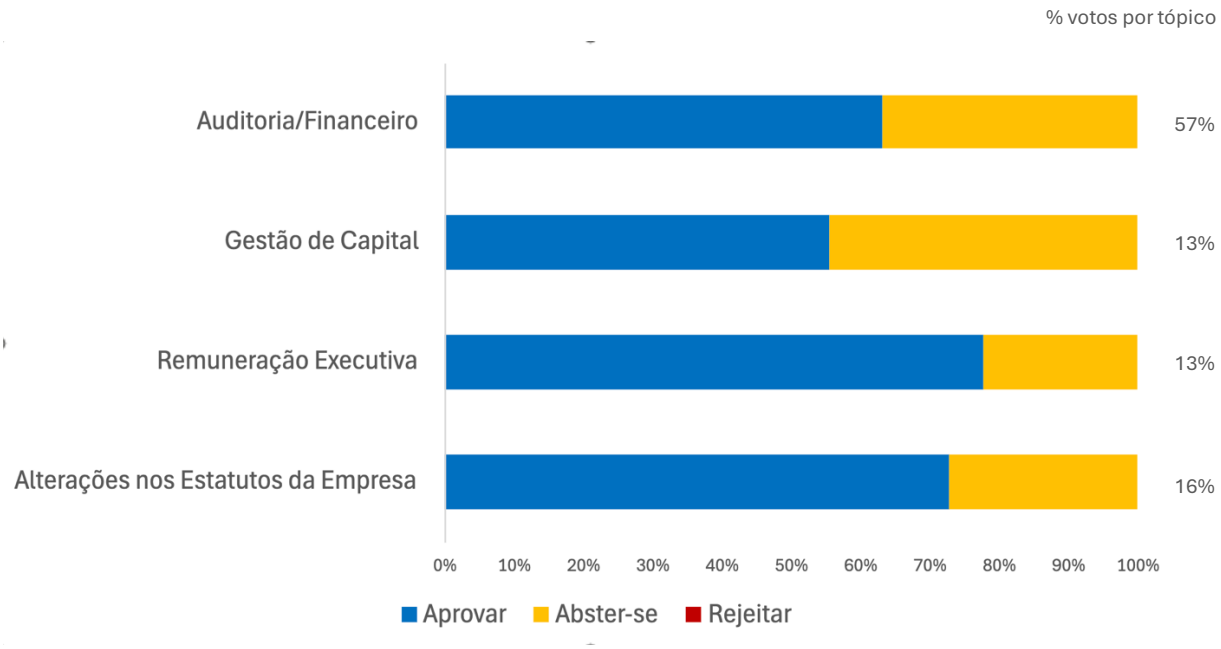
Consideramos uma prática recomendada, embora não obrigatória, comunicar nossas intenções de voto de forma privada e direta à empresa quando divergirem das propostas da gestão. Da mesma forma, garantir que nossos votos sejam registrados corretamente nas assembleias em que participamos é crucial. Consideramos aceitável utilizar o formulário de votação a distância nas assembleias onde essa opção está disponível.

Durante o período reportado, não identificamos nas assembleias das empresas investidas matérias particularmente relevantes para os objetivos de stewardship climático do CTF. Ainda assim, acompanhamos e avaliamos todas as pautas de forma diligente, mantendo nossa atuação alinhada aos interesses de longo prazo dos investidores e à nossa tese de investimento.



Durante o ano de 2025, votamos em 100% das assembleias gerais (ordinárias e extraordinárias) nas quais tínhamos direito a voto, totalizando sete (7) assembleias e sessenta e sete (67) propostas.

Votos por tópico



A maioria das propostas votadas esteve relacionada a “Auditoria/Financeiro” com 57% dos votos, seguida por “Alterações nos Estatutos da Empresa” com 16% dos votos e, por fim, “Gestão de Capital” e “Remuneração Executiva” com 13% dos votos.

Temos uma Política de Voto que aborda os princípios gerais que regulam o exercício dos direitos de voto e a resolução de potenciais conflitos de interesse, disponível no site da Fama Re.Capital: www.famarecapital.com.

Princípio 6: Definir critérios de engajamento coletivo

Acreditamos que o engajamento colaborativo é uma ferramenta essencial para ampliar o alcance e a efetividade das práticas de stewardship, especialmente frente a riscos sistêmicos que exigem respostas coordenadas e multissetoriais. Embora o ecossistema brasileiro ainda esteja em desenvolvimento nesse campo, seguimos comprometidos com o fortalecimento dessa agenda e com a participação ativa em iniciativas de referência global.

Participamos de campanhas e programas de engajamento coletivo liderados por organizações reconhecidas, com destaque para o Principles for Responsible Investment (PRI) e sua iniciativa SPRING, que integramos desde 2023. A iniciativa SPRING é endossada por mais de 230 investidores globais, que representam cerca de US$ 16 trilhões em ativos, dos quais quase 90 participam diretamente dos engajamentos, com o objetivo de fortalecer o papel dos investidores na mitigação de riscos sistêmicos associados à natureza, uso da terra, clima e governança pública.

Nossa atuação no SPRING ocorre em dois níveis distintos:

• No nível institucional (gestora): participamos do Comitê Estratégico da iniciativa, espaço de governança responsável por definir as diretrizes e prioridades globais do SPRING. A atuação da gestora nesse comitê, representada por nossa Head de Stewardship, Caroline Prolo, assegura que a estratégia do programa reflita as perspectivas de investidores da América Latina e esteja alinhada com nossa visão integrada de clima e natureza.

• No nível de fundo: o CTF participa diretamente dos grupos de engajamento com empresas investidas no âmbito do SPRING. Nossa Head de Stewardship, Caroline Prolo, lidera os diálogos com as investidas MBRF (companhia resultante da combinação entre Marfrig e BRF, concluída em 2025) e Banco do Brasil, em articulação com outros investidores do grupo de trabalho. Esses engajamentos são estruturados, contínuos e



voltados à melhoria das práticas corporativas relacionadas à biodiversidade, gestão de riscos naturais e transição sustentável.

Ao longo do ano de 2025, o time do CTF continuou liderando os respectivos Grupos de Engajamento do SPRING voltados para MBRF e Banco do Brasil, tendo conduzido conversas iniciais entre os investidores com as companhias e elaborado e aprimorado os respectivos planos de engajamento. Os trabalhos de engajamento coletivo coliderados pela Fama Re.Capital junto à MBRF inclusive foram destaque no primeiro relatório de progresso da iniciativa SPRING, que ressaltou a consolidação dos compromissos de desmatamento zero da MBRF. Segundo a companhia, ao final de 2025 a MBRF atingiu 100% de rastreabilidade territorial (monitoramento socioambiental) de seus fornecedores de gado, diretos e indiretos, em todos os biomas brasileiros dos quais adquire animais.

Em 2025, a Fama Re.Capital também compartilhou suas experiências e boas práticas de engajamento em evento online da iniciativa SPRING. Dado o contexto legal e regulatório de controle de desmatamento no Brasil, o time do CTF também pôde contribuir para a capacitação e compartilhamento de informação atualizada com os investidores estrangeiros nos respectivos grupos de engajamento.

Além disso, durante o evento anual do PRI In Person em São Paulo, nosso CIO Fabio Alperowitch apresentou a abordagem de *stewardship* climático da gestora, com destaque para os casos de engajamento com Marfrig e SLC Agrícola e para o papel da agricultura regenerativa e da descarbonização para a criação de valor econômico de longo prazo nas empresas investidas.

Não obstante o tema foco do CTF seja especificamente mudanças climáticas, as sinergias com o tema da biodiversidade são inevitáveis, sobretudo considerando que o desmatamento e uso da terra é a maior fonte de emissões de GEE no Brasil. Nesse sentido, o engajamento coletivo via SPRING para aprimorar as políticas de desmatamento zero e não conversão de novas áreas pela MBRF e Banco do Brasil é perfeitamente alinhado ao engajamento bilateral do CTF com essas investidas e os respectivos planos de engajamento elaborados com elas neste contexto.

Na nossa abordagem para participar de iniciativas de *stewardship* colaborativo, somos guiados pelos seguintes princípios-chave:

1. **Avaliar a credibilidade da entidade coordenadora**: avaliamos a reputação e o histórico da organização que lidera a iniciativa colaborativa para garantir que ela esteja alinhada com nossos padrões de integridade e eficácia.
2. **Avaliar os objetivos centrais da iniciativa**: analisamos as metas e objetivos declarados da iniciativa para confirmar que estão alinhados com nossos próprios valores, estratégias e compromissos.
3. **Examinar as entidades e indivíduos convidados a participar**: revisamos cuidadosamente a composição dos participantes para garantir que tragam perspectivas diversificadas e expertise relevante aos objetivos da iniciativa, assim como para analisar e evitar potenciais conflitos de interesse ou desalinhamentos com a proposta.
4. **Confirmar a sinergia com nossas estratégias e compromissos**: asseguramos que nossa participação na iniciativa contribua positivamente para o avanço das nossas estratégias de investimento e compromissos assumidos, e que seja relevante para a sustentabilidade e o engajamento das partes interessadas.
5. **Avaliar nossa capacidade de contribuição**: avaliamos nossa capacidade de fazer contribuições valiosas para a iniciativa, considerando fatores como nossa expertise, recursos e disponibilidade.
6. **Considerar o nível de transparência da iniciativa**: avaliamos a transparência dos processos, mecanismos de tomada de decisão e práticas de reporte da iniciativa, pois acreditamos que são cruciais para manter sua credibilidade e essenciais como ferramenta de prestação de contas para o público interessado.

Princípio 7: Dar transparência às suas atividades de Stewardship

Promover transparência é um princípio estruturante da nossa abordagem de *stewardship*. Todos os engajamentos são meticulosamente documentados em nossas ferramentas internas e monitorados de forma contínua, permitindo o acompanhamento estruturado de avanços, aprendizados e a identificação de ajustes quando necessário. Essa prática fortalece a *accountability*, a consistência estratégica e a melhoria contínua — em linha com as necessidades evolutivas das empresas investidas, do mercado e dos nossos próprios objetivos.

Este relatório anual, disponível publicamente em nosso site, oferece uma visão abrangente sobre nosso processo de investimento responsável, perspectivas de *stewardship* e as principais atividades realizadas ao longo do ano fiscal. Para nossos clientes, disponibilizamos informações adicionais sobre engajamentos bilaterais. Detalhes sobre nossos votos em assembleias, incluindo todas as propostas e decisões, também são publicados anualmente em nosso site, de forma acessível e estruturada.

No contexto do LatAm Climate Turnaround Fund (CTF), buscamos ir além das obrigações básicas de *disclosure* e contribuir para o avanço do conhecimento sobre temas materiais para a transição climática. Como parte desse compromisso, publicamos, em parceria com uma empresa investida, um estudo que analisa os impactos da agricultura regenerativa sobre produtividade e resiliência climática.

O estudo apresenta evidências de que práticas regenerativas podem contribuir para ganhos de produtividade e redução da volatilidade operacional em condições climáticas adversas. O trabalho oferece parâmetros objetivos para que investidores possam avaliar e direcionar capital para modelos agrícolas mais resilientes e alinhados aos desafios da transição climática.

Essas iniciativas fortalecem a transparência do nosso processo de *stewardship* e ampliam a disseminação de conhecimento relevante para investidores, empresas e

demais stakeholders, contribuindo para um sistema financeiro mais preparado para identificar e capturar oportunidades associadas à transição para uma economia de baixo carbono.

Como parte do aprimoramento contínuo de nossa Política de Investimento Responsável, estamos desenvolvendo métricas de impacto mais robustas para monitorar e comunicar os resultados socioambientais de nossas estratégias. Como próximo passo, publicaremos um Relatório de Impacto consolidando metodologias, evidências e resultados de cada fundo.

Informações Importantes

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Este Relatório foi preparado pela Fama re.capital Ltda. e não deve ser interpretado como uma análise de quaisquer valores mobiliários, material publicitário, proposta de compra ou venda, oferta ou recomendação de quaisquer ativos financeiros ou de investimento. Este material é apenas para fins informativos e não considera os objetivos de investimento, condições financeiras ou as necessidades particulares e específicas de qualquer um dos cotistas do Fundo ou de outros investidores. As opiniões expressas neste material são das equipes de Pesquisa e Sustentabilidade e podem mudar a qualquer momento. As opiniões são baseadas na data de sua apresentação e não consideram nenhum fato que possa ter surgido após essa data, não sendo obrigação da fama re.capital atualizar este material para refletir eventos ocorridos após sua apresentação. Leia o formulário de informações complementares, a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em um Fundo não é garantido pelo Gestor, Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos. Os números de engajamento podem estar sujeitos a revisão devido a processos contínuos de garantia de qualidade e registro tardio de engajamentos.